



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para prestação de serviços de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e toda a estrutura necessária, visando atender aos eventos institucionais e comemorativos promovidos pelo Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/06/2026 ÀS 08:59H

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA: 18/06/2026 ÀS 09:00H

VALOR ESTIMADO DO REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 204.292,80 (DUZENTOS E QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: ANIELE BATISTA DOS REIS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS DESPESAS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÃO SUPOSTADAS PELA DOTAÇÃO Nº

020200 04 122 0101 2.0502 0000 339030 – FICHA 23

020500 04 122 0101 2.0508 0000 339030 – FICHA 78

020600 04 122 0101 2.0513 0000 339030 – FICHA 124

021100 20 122 0101 2.0537 0000 339030 – FICHA 361

022300 27 813 0138 2.0624 0000 339330 – FICHA 965

022400 13 392 0139 2.0626 0000 339030 – FICHA 983

PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA – SEM RESERVA DE ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP, CONFORME JUSTIFICATIVA DO ITEM 4.17 DO EDITAL.



1 PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG, com sede na Rua Cristino Ribeiro Resende, nº 32, Bairro - Centro, Tapira/MG, por intermédio de sua Prefeita Municipal, a Sra. **MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES**, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o **sistema de registro de preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa: ABERTO**, regida Lei Federal 14.133/2021, pelo Decreto Federal 11.462, de 31 de Março de 2023, pelo Decreto Municipal nº 24, de 13 de Janeiro de 2025, e ainda, pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

- 1.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
- 1.2 A (s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na plataforma Licitanet, até às **08h59min do dia 18/062026**, quando se dará abertura da sessão pública, às 09H.
- 1.3 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 1.4 Caso haja problemas na operação do sistema, deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor, através do site <https://licitanet.com.br>.
- 1.5 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 246/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o **PREGÃO ELETRÔNICO** através do site <https://licitanet.com.br>.
- 1.6 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste instrumento convocatório serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente da Prefeitura Municipal de Tapira/MG.

2 DO OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para prestação de serviços de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e toda a estrutura necessária, visando atender aos eventos institucionais e comemorativos promovidos pelo Município, conforme as quantidades, condições e especificações técnicas contidas neste Edital e em seus anexos.
- 2.2 Informações mais detalhadas do objeto constam do Anexo I – Termo de Referência.
- 2.3 A licitação será realizada pelo critério de menor preço global, considerando a natureza do objeto, que

demanda execução integrada dos itens

- 2.4 O valor máximo admitido para efeitos desta licitação e de proposta a ser apresentada pelas proponentes, após os lances finais dos interessados, referente à execução do objeto, ficará limitado ao preço unitário estimado, constante do Anexo I – Termo de Referência, que serve como parâmetro para a Pregoeira na sessão de lances do certame e que fazem parte do processo licitatório em sua fase interna.

3 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1 Em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital.
- 3.2 Tanto a impugnação quanto os pedidos de esclarecimentos e providências deverão ser realizados, mediante petição, por forma eletrônica, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br>.
- 3.3 Ambos serão respondidos mediante divulgação na internet, através do site <https://licitanet.com.br> ou no diário oficial do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.4 Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.
- 3.5 A impugnação, os pedidos de esclarecimento e outras providências não possuem efeitos suspensivos, sendo tal excepcional e, quando aplicados, deverão ser motivados pela Pregoeira, nos autos deste Pregão Eletrônico.
- 3.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.7 A apresentação de impugnação realizada após o prazo estipulado no subitem 3.1. não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar da presente licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível como objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital, inclusive quanto à documentação, e que estiverem prévia e devidamente credenciadas perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br>.
- 4.1.1 Para verificação da compatibilidade entre as atividades da (s) licitante (s) e o(s) objeto(s) licitado(s), servirão para análise o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.
- 4.1.2 Embora não haja reserva de itens para ME e EPP, as microempresas e empresas de Pequeno Porte que quiserem se valer dos demais aspectos do tratamento diferenciado e favorecido da Lei

Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo Sistema, nos momentos e tempos adequados.

- 4.2 A participação nesta licitação importa à proponente, independentemente de declaração expressa, irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.
- 4.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de proposta serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Administração, em nenhum caso, responsável por eles.
- 4.4 Não cabe às licitantes, após abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo.
- 4.5 Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estarem em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.
- 4.6 Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante no Termo de Referência – Anexo I.
- 4.7 A licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III deste Edital, a qual poderá estar contida em declaração unificada na forma disponibilizada pelo Sistema Eletrônico em que se realizará a licitação.
- 4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156, inc. IV e §5º da Lei 14.133/2021.
- 4.9 Não poderão participar da presente licitação as licitantes:
 - 4.9.1 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.9.2 Que desempenhem atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 4.9.3 Que se encontram sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação, liquidação ou concurso de credores;
 - 4.9.4 Que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 4.9.5 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

- 4.9.6 Que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio¹;
 - 4.9.7 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.9.8 Que se enquadrem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.9.9 Que se enquadrem como instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art.12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);
 - 4.9.10 Que não possuam autorização/legalização para o exercício da atividade de pirotecnia, incluindo registro junto aos órgãos competentes, quando exigido pela legislação vigente.
 - 4.9.11 Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 4.9.12 Que sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 4.9.13 Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 4.9.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- 4.10 O impedimento de que trata item 4.9.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive

¹ Justificativa: A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Tapira/MG coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois, nestes casos, está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de materiais e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 4.11 A vedação de que trata o item 4.9.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.12 As licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 4.13 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.
- 4.14 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.
- 4.15 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.16 A participação de cooperativas ficará condicionada à apresentação de documentação complementar à habilitação, cujas peças serão especificadas em item específico no presente Edital.
- 4.17 Justificativa da ausência de itens exclusivos para ME e EPP e do critério de julgamento adotado;
- 4.17.1 Embora a regra geral seja a utilização do critério de julgamento pelo menor preço por item, no presente caso não se mostra vantajosa a sua adoção, em razão da natureza do objeto licitado, que envolve a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com disponibilização de toda a estrutura, materiais, equipamentos e mão de obra necessária.
- 4.17.2 Trata-se de objeto de natureza técnica e operacionalmente interdependente, no qual os diversos artefatos e serviços não possuem execução autônoma, mas compõem um conjunto único destinado à realização de espetáculo pirotécnico integrado, exigindo planejamento, sincronização e compatibilidade entre todas as etapas da execução.
- 4.17.3 A adjudicação por itens, nesse contexto, compromete a unidade da solução pretendida, dificultando a coordenação da execução e aumentando riscos operacionais, especialmente no que se refere à segurança, à padronização dos efeitos e à adequada sincronização do espetáculo, razão pela qual a contratação global se mostra mais adequada.

- 4.17.4 Quanto à não aplicação da reserva de itens para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, registra-se que, embora os itens individualmente considerados possam apresentar valores inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação adota o critério de julgamento pelo menor preço global, sendo considerado, para todos os fins, o valor total do conjunto do objeto. Dessa forma, não se aplica a exclusividade prevista na legislação, uma vez que a análise do enquadramento deve observar o valor global da contratação, o qual ultrapassa o limite legal estabelecido.
- 4.17.5 Também não se mostra viável a aplicação da reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), pois a divisão do objeto em contratações distintas comprometeria a unidade técnica da solução, que exige integração, compatibilidade e sincronização entre os serviços e artefatos pirotécnicos.
- 4.17.6 Conforme já mencionado, a fragmentação da execução por diferentes fornecedores pode ocasionar prejuízos à padronização dos efeitos, dificuldades operacionais e riscos à segurança do espetáculo, incompatíveis com a natureza do objeto.
- 4.17.7 Assim, a não aplicação da reserva de itens e de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte encontra-se devidamente justificada, em razão da adoção do critério de julgamento global e da necessidade de preservação da integridade técnica e da eficiência da contratação.

5 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO

- 5.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando da Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 6.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “pregão eletrônico” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 6.1.1 As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento na plataforma acima antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 6.2 Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <https://licitanet.com.br/>, conforme instruções nele contidas, e/ou as dúvidas deverão ser sanadas com o

suporte técnico do sistema eletrônico através do telefone (34) 2512-6500, WhatsApp (34) 3014-6633 ou e-mail fornecedor@licitanet.com.br.

- 6.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 6.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 6.5 A perda de senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.6 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7 A licitante, se for o caso, deverá encaminhar através do site <https://licitanet.com.br/>, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo deste Edital.
- 6.8 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
- 6.9 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.10 É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.11 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.12 A Administração não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do provedor do sistema eletrônico.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1 Na licitação referente a este edital, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas

e lances e de julgamento.

- 7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>) a **proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado**, incluindo **quantidade**, **preço** e a **marca** (conforme o sistema solicita), se for o caso, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, vedada a identificação do titular da proposta.
- 7.3 Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será **desclassificada** pela Pregoeira.
- 7.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.
- 7.6 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.
- 7.7 Na proposta de preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.
- 7.8 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 7.8.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 7.8.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 7.8.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7.8.4 Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 7.8.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 7.9 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.9.1 Considerando que o presente certame é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não declaração da condição de ME/EPP no sistema impedirá o prosseguimento do licitante no certame.
- 7.10 A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal.
- 7.11 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 7.11.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 7.11.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 7.11.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 7.11.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.
- 7.11.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 7.11.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 7.11.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 7.11.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 7.11.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

- 7.11.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 7.11.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 7.12 Até a data e horário da entrega das propostas, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.13 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, o que ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.14 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1 Valor unitário e total do item;
- 8.1.2 Marca (se for o caso);
- 8.1.3 Modelo (se for o caso);
- 8.1.4 Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”);
- 8.1.5 Descrição detalhada do objeto, contendo informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, a descrição, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de

erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 8.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I – Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.6 O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1 No horário estabelecido neste Edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 8.1 deste Edital.
- 9.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 9.4 A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “descrição detalhada do objeto” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo ainda, ser analisado pelo órgão requerente), desclassificando motivadamente aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.5 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.6 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.7 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.8 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente as que forem classificadas participarão da fase de lances.
- 9.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último

por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 9.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,10% (dez centésimos por cento).
- 9.12 Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.15 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, quando for o caso.
- 9.16 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 9.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 9.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.22.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.23.2 Empresas brasileiras;
- 9.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.24 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 9.25 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.26 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.29 O (A) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2h00 (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.29.1 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada

feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.30 A proposta final, a ser enviada pelo(s) licitante(s) melhor(es) colocado(s) por intermédio do sistema eletrônico, deverá:

9.30.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.30.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.31 O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (“assinar proposta final”);

9.32 O licitante deverá colocar no campo observação do sistema ou informar no chat: o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento;

9.33 O e-mail informado pela licitante deverá ser do representante legal da empresa, pois esse e-mail será utilizado para encaminhamento das atas e contratos para assinatura.

9.34 Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

9.34.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

9.34.2 No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.35 É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.36 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA FASE DE JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4.9.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, pelo nome e CNPJ da empresa licitante:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

- 10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); ou
- 10.1.3 Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela Certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidôneos e Inabilitados dos sócios (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6::>).
- 10.2 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
- 10.3.1 Contiver vícios insanáveis;
 - 10.3.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I – Termo de Referência;
 - 10.3.3 Apresentar preço superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - 10.3.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 10.3.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.6 A inexequibilidade, quando não for manifestar, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 10.6.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 10.6.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita, não

bastando apenas simples alegações de inexecutabilidade.

- 10.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública será reiniciada na data e horário informado no “chat” pela Pregoeira.
- 10.10 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo por ele estabelecido, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.11 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como descrição detalhada do serviço ofertado, plano de execução, relação de equipamentos, equipe técnica, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.12 A aceitação da proposta ficará condicionada à verificação da compatibilidade técnica do serviço ofertado com as exigências do Termo de Referência, especialmente quanto à segurança, equipe técnica, equipamentos e licenças exigidas para execução de shows pirotécnicos.
- 10.13 Caso haja erros saneáveis no preenchimento da proposta pelo licitante, a Pregoeira poderá permitir que a proposta seja ajustada, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 10.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.16 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.17 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 10.18 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.19 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1 Os documentos previstos no Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação (na forma do modelo constante do Anexo III, por meio do sistema ou equivalente), e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 11.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.7 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 11.8.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.8.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

- 11.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.11 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.12 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 11.13 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.13.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 2h (duas horas), contado da solicitação da Pregoeira.
- 11.14 A documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, são:

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- III. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- V. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- VI. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

- VII. Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no caso de sociedade cooperativa;
 - VIII. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa;
 - IX. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.
- 11.14.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.14.1.1 Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.
- 11.14.2 Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante, ou documento equivalente, a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

B) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de **Contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à

atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.14.3 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.14.4 Se for constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante vencedora que gozar do tratamento favorecido da Lei Complementar nº 123/2006 será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

11.14.5 O prazo previsto no item 11.14.4 poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.14.6 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, compatível com o objeto lícitado.
- b) Apresentação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado sede da licitante, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação, em conformidade com a legislação estadual aplicável;
- c) Licença, alvará ou autorização válida para o exercício das atividades de comércio, armazenamento, transporte, utilização ou execução de shows pirotécnicos, emitida pelo órgão competente do Estado sede da licitante, conforme legislação vigente;
- d) Certificado de Registro (CR) válido, expedido pelo Exército Brasileiro, autorizando a empresa a exercer atividades relacionadas a produtos controlados pelo Exército, compatíveis com o objeto da contratação, nos termos da legislação vigente.
- e) Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal – CTF/APP, emitido pelo IBAMA, quando exigível para as atividades desenvolvidas pela licitante, nos termos da legislação vigente
- f) Comprovação de que os serviços serão executados por profissional habilitado para atividades

pirotécnicas, mediante apresentação de Carteira de Blaster válida ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, devendo o vínculo com a licitante ser comprovado por meio de CTPS, contrato social, contrato de prestação de serviços ou outro meio idôneo admitido em lei.

- g) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou serviços compatíveis em características com o objeto da licitação, relacionados ao fornecimento e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais.

11.15 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias** de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

11.16 Declarações:

11.16.1 As declarações exigidas para habilitação são:

- I. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Tapira/MG, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste edital;
- II. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste edital;
- III. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste edital;
- IV. Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste edital;
- V. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos Habilitatórios, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III a este Edital;
- VI. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III a este Edital;
- VII. Declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste

edital.

11.16.2 A licitante também poderá utilizar a **declaração unificada** fornecida pelo sistema eletrônico (Licitanet) para suprir as declarações exigidas no item acima.

11.17 Da participação de cooperativas:

11.17.1 A participação de cooperativa fica condicionada, além da apresentação da documentação elencada nos tópicos anteriores, ao fornecimento da seguinte documentação complementar:

- I. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- II. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- III. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- IV. Registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- V. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

11.17.2 São necessários, ainda, os seguintes documentos para a comprovação da **REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA**:

- I. Ata de fundação;
- II. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- IV. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- V. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- VI. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.18 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados, apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará a inabilitação da respectiva licitante

e envio dos documentos para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para apuração, se for o caso, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

- 11.19 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 11.20 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.
- 11.21 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.22 Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.
- 11.24 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.25 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- 12.1.1 Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - 12.1.2 Julgamento das propostas;
 - 12.1.3 Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - 12.1.4 Anulação ou revogação da licitação;
 - 12.1.5 Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
- 12.2 Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação,

relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos itens 12.1.2 e 12.1.3 anteriores, serão observadas as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previstas neste capítulo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3 A apreciação dar-se-á em fase única;

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.3.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

12.3.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

12.3.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O acolhimento do recurso invalidará tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos

os atos anulados e os que dele dependam;

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

13.2 Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14.5 Sendo o licitante declarado vencedor, o objeto da licitação será adjudicado e homologado, por ato da autoridade competente.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVAS

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

15.4 A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua

proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, ou contrato dela decorrente, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

15.5.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.5.2 Adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

15.7 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.8 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.8.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.8.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

15.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.9.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.9.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.10 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.10.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de

classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
ou

- 15.10.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1 A ata a ser assinada com a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, sendo que a licitante vencedora terá que executar os serviços e fornecer os materiais conforme prazo estipulado neste edital ou no Termo de Referência.
- 16.2 A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, desde que devidamente justificada a vantajosidade, nos termos da legislação vigente, respeitado o prazo máximo permitido.
- 16.3 Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Tapira/MG não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.
- 16.4 As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Município de Tapira/MG, observadas as condições estabelecidas neste edital e o que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 16.5 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.
- 16.6 Disposições sobre a formalização das contratações decorrentes da ata de registro de preços constam do Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

17 DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

- 17.1 A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina prevista na Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 82 a 86, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, em seus artigos 25 a 29.
- 17.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, conforme art. 23 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

18 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 As disposições sobre a gestão e fiscalização do contrato constam do Anexo I – Termo de Referência.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 As condições e os critérios de recebimento e aceitação do objeto encontram-se pormenorizados em tópico específico constante no Anexo I – Termo de Referência.

20 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 As regras referentes às condições, prazos e formas de pagamento encontram-se pormenorizadas em tópico específico constante no Anexo I – Termo de Referência.

21 DOS CRITÉRIOS DE REVISÃO E REAJUSTE

21.1 No caso de o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, será adotado o procedimento constante no Anexo I – Termo de Referência.

21.2 Já o reajuste nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerá somente após um ano de vigência contratual, se for o caso, hipótese em que o índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

22 DO ADITAMENTO

22.1 A CONTRATANTE poderá autorizar alterações no contrato em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

22.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

22.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

22.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

020200 04 122 0101 2.0502 0000 339030 – FICHA 23

020500 04 122 0101 2.0508 0000 339030 – FICHA 78

020600 04 122 0101 2.0513 0000 339030 – FICHA 124

021100 20 122 0101 2.0537 0000 339030 – FICHA 361

022300 27 813 0138 2.0624 0000 339330 – FICHA 965

022400 13 392 0139 2.0626 0000 339030 – FICHA 983

24 DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 24.1 O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do edital e do instrumento de contrato ou da ata de registro de preços, conforme o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 24.1.1 Se for o caso, entregar os produtos/serviços no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos neste anexo, contados a partir da emissão da ordem de serviço pela Administração Municipal;
- 24.1.2 Se for o caso, executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 24.1.3 Se for o caso, fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 24.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 24.1.5 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem/prestação dos serviços a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 24.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 24.1.7 Manter, durante toda a execução do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 24.1.8 Responsabilizar-se administrativa, civil e criminalmente pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 24.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 24.1.10 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 24.1.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 24.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 24.1.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 24.1.14 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 24.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 24.1.16 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 24.1.17 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 24.1.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 24.1.19 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 24.1.20 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 24.1.21 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 24.1.22 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 24.1.23 Não realizar subcontratação total ou parcial;

24.1.24 Executar os serviços pirotécnicos em conformidade com todas as normas de segurança aplicáveis, incluindo distanciamento mínimo do público, controle de área e condições adequadas do local.

24.1.25 Responsabilizar-se integralmente por quaisquer acidentes, danos materiais, pessoais ou ambientais decorrentes da execução dos serviços.

24.2 São obrigações do contratante:

24.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência, o instrumento de contrato ou ata de registro de preços, conforme o caso, o edital e seus anexos;

24.2.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência;

24.2.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

24.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

24.2.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a licitante vencedora entregar fora das especificações do Termo de Referência;

24.2.6 Verificar minuciosamente a conformidade dos materiais recebidos ou dos serviços prestados com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

24.2.7 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e/ou no Termo de Referência;

24.2.8 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no instrumento de contrato/ata de registro de preços;

24.2.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

24.2.10 Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

24.2.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

24.2.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de

descumprimento de cláusulas contratuais;

24.2.13 Proporcionar durante todas as facilidades para que a contratada possa prestar os serviços do objeto deste edital e do contrato;

24.2.14 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

24.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

25 DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

25.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

26 DAS PENALIDADES

26.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, por qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.

26.2 Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

26.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

26.3.1 Advertência;

26.3.2 Multa;

26.3.3 Impedimento de licitar e contratar;

26.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

26.4 As sanções previstas nos itens 26.3.1, 26.3.3 e 26.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a do item 26.3.2.

26.5 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo relevante à Administração.

26.6 Pelo atraso na execução do objeto, por culpa imputada ao fornecedor, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

- 26.6.1 Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, sobre a parcela de execução do objeto;
- 26.6.2 10% (dez por cento) sobre o valor da execução do objeto com problemas técnicos, mais multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, se os produtos com problemas técnicos não forem substituídos, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade;
- 26.6.3 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total da ordem de fornecimento emitida a favor do fornecedor.
- 26.7 Quando estipulados prazos parciais, a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo de execução do objeto, incidente sobre o valor do objeto entregue com atraso.
- 26.8 Para os fins do subitem anterior, consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para execução do objeto, objetivando a sua entrega antecipada.
- 26.9 O não cumprimento da execução do espetáculo pirotécnico na data e horário previamente estabelecidos, por culpa da contratada, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando-a à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da ordem de serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 26.10 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente do fornecedor.
- 26.11 A execução do serviço em desacordo com as normas de segurança aplicáveis, colocando em risco pessoas ou bens, sujeitará a contratada à aplicação de multa, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.
- 26.12 No caso de cobrança de multa diretamente do fornecedor, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação.
- 26.13 Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 26.14 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 26.15 As penalidades previstas de advertência, impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.
- 26.16 Todas as sanções previstas no item 26.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.
- 26.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.
- 26.18 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 26.19 As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 26.20 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

27 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1 As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público e dos contratos delas decorrentes.
- 27.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente certame.
- 27.3 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 27.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se inicia e vence prazo em dia de expediente na Prefeitura.
- 27.5 É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 27.6 Os documentos e a proposta exigidos, bem como os seus anexos, devem estar preferencialmente de

acordo com o presente edital, sendo que cada anexo tem sua forma própria para ser apresentado.

- 27.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará a obrigação de contratação.
- 27.8 No caso de alteração deste edital, no decurso do procedimento licitatório, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 27.9 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.
- 27.10 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão escrita e fundamentada, sem que caiba direito a indenização.
- 27.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição de sua qualificação durante a realização da sessão pública.
- 27.12 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do pregão.
- 27.13 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira, no Departamento de Licitação, localizado à Rua Cristino Ribeiro de Resende, nº 32, Bairro Centro, nesta cidade de Tapira/MG, em até 03 (três) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (34) 3633-1612 e pelo e-mail: licitacao@tapira.mg.gov.br.
- 27.14 Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, nos horários das 09h00 às 16h30, no endereço referido no preâmbulo deste edital.
- 27.15 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com base na legislação vigente e, quando necessário, pela autoridade competente.
- 27.16 Fazem parte integrante deste edital:
- a) Anexo I – Termo de Referência;
 - b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;
 - c) Anexo III – Declarações;
 - d) Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Tapira/MG, 01 de junho de 2026.

Maura Assunção de Melo Pontes
Prefeita Municipal de Tapira/MG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO:

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para prestação de serviços de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e toda a estrutura necessária, visando atender aos eventos institucionais e comemorativos promovidos pelo Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**
- 1.2 Segue abaixo os descritivos e quantitativos dos itens:

Planilha 01: descrição, Unidade, Quantidade e Total

Fogos de Artifício

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	60	UN	Girândola 468 tiros com 36 Tubos de 1,5	R\$303,00	R\$18.180,00
2	60	UN	Torta de 50 Tubos de 1,8" Efeitos e Cores Diversas	R\$783,33	R\$46.999,80
3	30	CX	Torta de 100 Tubos de 1,5" Efeitos e Cores Diversas	R\$1.425,33	R\$42.759,90
4	15	CX	Torta de 175 Tubos sendo 15 TB ¾ em leque, 30 TB 1,2" verticais, 40 TB 1,5" em leque, 40 TB 1,5" verticais 25 TB 2,5" verticais, 10 TB 3" verticais e 15 TB 3" em leque	R\$2.814,66	R\$42.219,90
5	20	CX	Torta Metralhadora de 300 Tubos de 1,2" em leque efeito (Z)	R\$2.706,66	R\$54.133,20
TOTAL: R\$204.292,80 (duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)					

- 1.3 Declara-se que os serviços e fornecimento de materiais pirotécnicos acima especificados possuem natureza comum.
- 1.4 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei nº14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o

Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo objeto compatível com a presente contratação. Ressalta-se, ainda, que este Município não possui, até a presente data, catálogo próprio de padronização.

1.5 Tratamento diferenciado para ME e EPP:

- 1.5.1 Quanto à não aplicação da reserva de itens para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, registra-se que, embora os itens individualmente considerados apresentam valores inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação adota o critério de julgamento pelo menor preço global, sendo considerado, para todos os fins, o valor total do conjunto do objeto. Dessa forma, não se aplica a exclusividade prevista na legislação, uma vez que a análise do enquadramento deve observar o valor global da contratação, o qual ultrapassa o limite legal estabelecido.
- 1.5.2 Também não se mostra viável a aplicação da reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), pois a divisão do objeto em contratações distintas comprometeria a unidade técnica da solução, que exige integração, compatibilidade e sincronização entre os serviços e artefatos pirotécnicos.
- 1.5.3 A fragmentação da execução por diferentes fornecedores pode ocasionar prejuízos à padronização dos efeitos, dificuldades operacionais e riscos à segurança do espetáculo, incompatíveis com a natureza do objeto.
- 1.5.4 Assim, a não aplicação da reserva de itens e de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte encontra-se devidamente justificada, em razão da adoção do critério de julgamento global e da necessidade de preservação da integridade técnica e da eficiência da contratação.

2 JUSTIFICATIVA

- 2.1 A presente contratação tem por finalidade atender às demandas do Município relativas à realização de eventos institucionais, culturais, comemorativos e festivos, que tradicionalmente integram o calendário oficial, sendo os shows pirotécnicos e piromusicais elementos relevantes para promoção cultural, lazer da população e fortalecimento das ações públicas.
- 2.2. A contratação de empresa especializada se faz necessária em razão da complexidade técnica, dos riscos envolvidos na manipulação e utilização de materiais pirotécnicos, bem como da necessidade de cumprimento rigoroso das normas de segurança e das exigências legais aplicáveis.
- 2.3. O Sistema de Registro de Preços foi adotado em razão da imprevisibilidade quanto à quantidade e à frequência dos eventos ao longo do exercício, permitindo maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão das contratações.

- 2.4. A justificativa detalhada da necessidade da contratação, bem como a análise das soluções disponíveis no mercado, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3 VIGÊNCIA DA ATA

- 3.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que devidamente comprovada a vantajosidade para a Administração, mediante justificativa formal e observados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários à adequada execução dos serviços, especialmente quanto à segurança, qualidade e conformidade com a legislação vigente aplicável aos produtos controlados e à realização de shows pirotécnicos.
- 4.2. A empresa contratada deverá possuir regularidade junto aos órgãos competentes, incluindo autorizações para comercialização, transporte, armazenamento e utilização de materiais pirotécnicos, conforme legislação vigente.
- 4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, com experiência comprovada na realização de shows pirotécnicos e/ou piromusicais, observadas as normas de segurança aplicáveis.
- 4.4. A contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, mão de obra e estruturas necessárias à execução completa do objeto, incluindo montagem, operação e desmontagem.
- 4.5. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de segurança, incluindo distanciamento mínimo do público, condições ambientais adequadas e adoção de medidas preventivas contra acidentes.
- 4.6. Permanecem válidas e complementares as disposições constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1 A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, transporte, montagem e execução de shows pirotécnicos e piromusicais, incluindo todos os materiais, equipamentos, estruturas e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme demanda da Administração Municipal.

- 5.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo a execução dos serviços de forma parcelada, de acordo com a necessidade do Município, especialmente para atendimento a eventos institucionais, culturais e comemorativos.
- 5.3. A solução contempla a execução completa dos serviços, abrangendo desde o planejamento técnico, instalação dos dispositivos pirotécnicos, realização do espetáculo e posterior desmontagem, observadas as normas de segurança e a legislação vigente aplicável.
- 5.4. A descrição detalhada da solução, bem como a análise das alternativas consideradas, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1 A execução do objeto compreenderá o fornecimento, transporte, montagem, operação e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais, conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Serviço.
- 6.2 Os serviços serão executados de forma parcelada, de acordo com a necessidade do Município, especialmente em eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas.
- 6.3 A contratada deverá realizar a execução dos serviços no local, data e horário indicados na Ordem de Serviço, devendo comparecer com antecedência mínima necessária para montagem, testes e preparação dos equipamentos.
- 6.4 O prazo mínimo para mobilização e execução do serviço será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.
- 6.5 A contratada será responsável por:
- 6.5.1. fornecimento de todos os fogos de artifício e materiais necessários;
 - 6.5.2. transporte adequado dos materiais, em conformidade com a legislação vigente;
 - 6.5.3. montagem e desmontagem das estruturas;
 - 6.5.4. execução do espetáculo pirotécnico/piromusical;
 - 6.5.5. disponibilização de equipe técnica qualificada.
- 6.6 A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:
- 6.6.1. normas de segurança;
 - 6.6.2. distanciamento mínimo do público;
 - 6.6.3. condições climáticas adequadas;
 - 6.6.4. autorizações dos órgãos competentes.
- 6.7 A contratada deverá garantir que todos os materiais utilizados:
- 6.7.1. estejam em perfeitas condições de uso;

6.7.2. sejam devidamente certificados e autorizados;

6.7.3. atendam às normas do Exército Brasileiro e demais órgãos competentes.

6.8. A contratada será integralmente responsável pela segurança da execução do espetáculo, devendo providenciar o isolamento da área, sinalização adequada e demais medidas preventivas necessárias à proteção de pessoas, bens públicos e privados.

6.9. A contratada deverá garantir que todos os materiais utilizados:

6.9.1. estejam em perfeitas condições de uso;

6.9.2. sejam devidamente certificados e autorizados;

6.9.3. atendam às normas do Exército Brasileiro e demais órgãos competentes.

6.10. O recebimento dos serviços ocorrerá da seguinte forma:

6.10.1. Recebimento provisório

Após a execução do show, será realizada verificação preliminar quanto ao cumprimento das condições estabelecidas (tempo de duração, efeitos contratados, segurança e execução geral).

6.10.2. Recebimento definitivo

Em até 05 (cinco) dias úteis, após análise detalhada pelo fiscal do contrato, será formalizado o recebimento definitivo, desde que o serviço tenha sido executado conforme as especificações estabelecidas.

6.11. Em caso de impossibilidade de execução do evento por condições climáticas adversas ou por motivo de força maior, o serviço poderá ser remarcado, sem ônus para a Administração, em data a ser definida entre as partes.

7 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$204.292,80 (duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)**, sendo que o valor estimado de cada item se encontra indicado na tabela constante do item 1.2 deste Termo de Referência.

7.2 Embora o critério de julgamento seja menor preço global, o valor apresentado pelos licitantes para cada item não pode superar os valores constantes na referida tabela, sob pena de desclassificação.

7.3 Os preços estimados foram definidos com base em pesquisa de mercado devidamente realizada, utilizando-se como critério a mediana dos valores obtidos, conforme documentação constante nos autos, em observância ao princípio da economicidade e à mitigação de distorções ocasionadas por valores discrepantes.

7.4 Os valores dos contratos decorrentes desta ata serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, observada a legislação vigente quanto à periodicidade mínima para concessão de reajuste.

7.5 Na hipótese de a Ata de Registro de Preços resultar na celebração de contrato, fica estabelecido que os

preços registrados na Ata não serão objeto de reajuste.

- 7.6 Somente o contrato dela decorrente, após transcorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento a que está se referir, poderá ter seus valores reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apenas em relação às obrigações executadas após a data da anualidade, não se aplicando a obrigações já iniciadas ou concluídas.

8 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 8.1 A documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, são:

8.1.1 Habilitação jurídica:

- 8.1.1.1 Para comprovar habilitação jurídica, o vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual, ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores ou;
- c) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente ou;
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede ou;
- g) Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, no caso de sociedade cooperativa.
- h) Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- i) Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da

Receita Federal.

j) Documento de Identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG.

8.1.1.2 Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

8.1.1.3 Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.

8.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista e outros:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data da disputa.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

8.1.2.1 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data da sessão do certame.

8.1.3 Qualificação econômico-financeira:

8.1.3.1 Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.1.4 Qualificação técnica:

8.1.4.1 Para comprovação da qualificação técnica deverá ser apresentado:

- a) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, compatível com o objeto licitado.
- b) Apresentação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado sede da licitante, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação, em conformidade com a legislação estadual aplicável;
- c) Licença, alvará ou autorização válida para o exercício das atividades de comércio, armazenamento, transporte, utilização ou execução de shows pirotécnicos, emitida pelo órgão competente do Estado sede da licitante, conforme legislação vigente;
- d) Certificado de Registro (CR) válido, expedido pelo Exército Brasileiro, autorizando a empresa a exercer atividades relacionadas a produtos controlados pelo Exército, compatíveis com o objeto da contratação, nos termos da legislação vigente.
- e) Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal – CTF/APP, emitido pelo IBAMA, quando exigível para as atividades desenvolvidas pela licitante, nos termos da legislação vigente
- f) Comprovação de que os serviços serão executados por profissional habilitado para atividades pirotécnicas, mediante apresentação de Carteira de Blaster válida ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, devendo o vínculo com a licitante ser comprovado por meio de CTPS, contrato social, contrato de prestação de serviços ou outro meio idôneo admitido em lei.
- g) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou serviços compatíveis em características com o objeto da licitação, relacionados ao fornecimento e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais.

8.1.5 Declarações:

8.1.5.1 As declarações exigidas para habilitação são:

- a) Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Tapira/MG.
- b) Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
- c) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- d) Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).
- e) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- g) Declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.1.6 Da participação de cooperativas:

8.1.6.1 A participação de cooperativa fica condicionada, além da apresentação da documentação elencada nos tópicos anteriores, ao fornecimento da seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

8.1.6.2 São necessários, ainda, os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, em sua

forma **ELETRÔNICA**, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Das disposições gerais:

- 10.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.1.2 As comunicações entre o município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, que deverão ser encaminhadas para governo@tapira.mg.gov.br.
- 10.1.3 Os contratantes poderão convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11 DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1 A execução do(s) contrato(s) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor Agnaldo Antônio Gonçalves, Secretário de Transportes.
- 11.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 11.3 O fiscal do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 11.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 11.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 11.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 11.7 O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 11.8 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 11.9 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12 DO GESTOR DE CONTRATO

- 12.1 O gestor da futura contratação será a servidora Luciene Abadia Ribeiro Rodrigues, Secretaria de Governo de Tapira/MG, cujas atribuições constam do Decreto Municipal nº 24, de 13 de janeiro de 2025.
- 12.2 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 12.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 12.4 O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 12.5 O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações
- 12.6 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 12.7 O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

- 12.8 O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamentos, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 12.9 O gestor de contrato deverá analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contratual.
- 12.10 Caberá ao Gestor de Contratos a responsabilidade de analisar e autorizar os aditivos contratuais, sejam eles apresentados pela contratada ou pelo setor demandante.
- 12.11 Em caso de requerimento de revisão dos valores contratuais, caberá ao gestor solicitar a documentação comprobatória do aumento dos preços no mercado e da superveniência da causa que o motivou, instruí o respectivo processo e, por fim, elaborar parecer conclusivo. Após a apresentação completa dos documentos necessários, o gestor terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para emitir seu parecer quanto à viabilidade da revisão dos preços.

13 PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1 avaliação da execução do objeto utilizará o descritivo detalhado na tabela para afirmar a veracidade e autenticidade dos itens;
- 13.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.3 Não fornecer os produtos ou não executar os serviços contratados.
- 13.4 Deixar de fornecer os produtos ou de executar os serviços contratados em conformidade com as especificações e exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

13.5 Liquidação:

- 13.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;
- 13.5.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documentos, tais como: a) Os prazos de validade; b) A data da emissão; c) Os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução do contrato; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.5.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impressa a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a contratante.

- 13.5.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá sempre ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
- 13.5.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá sempre ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada
- 13.5.6 Caso a contratada não apresente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido prazo para regularização, conforme estabelecido pela Administração. Decorrido o prazo sem a devida regularização, a contratante adotará as medidas cabíveis para a rescisão contratual, no âmbito do respectivo processo administrativo, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não comprove sua regularidade fiscal e trabalhista.

13.6 Do pagamento

- 13.6.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;
- 13.6.2 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (inserir índice) de correção monetária.
- 13.6.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública;
- 13.6.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 13.6.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 13.6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 13.6.7 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

14 DA REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 14.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 14.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

- 14.3 Na hipótese prevista no item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 14.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 14.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 14.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 14.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 14.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 14.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 14.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 14.11 O cancelamento de eventual item da ata de registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas hipóteses que envolvam interesse público e a pedido de fornecedor, devidamente justificado.
- 14.12 Se aplicável ao objeto da ata, em casos excepcionais, poderá ser aceita a substituição de marca do objeto registrado, desde que a marca ofertada possua qualidade igual ou superior à marca inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros à Administração.
- 14.13 Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pelo órgão gerenciador se o fornecedor descumprir as condições do edital e da ata; não executar o objeto no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; recusar-se a reduzir o preço registrado caso ele se torne superior ao de mercado; ou sofrer sanção impeditiva prevista em lei.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 15.2 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, por meio de servidor(es) especialmente designado(s), podendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas.
- 15.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 15.4 Verificar a conformidade da execução dos serviços, especialmente quanto:
 - 15.4.1. à segurança da operação;
 - 15.4.2 ao cumprimento do cronograma;
 - 15.4.3 à utilização dos materiais especificados;
 - 15.4.4 ao atendimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 15.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- 15.6 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.
- 15.7 Permitir o acesso da equipe da contratada aos locais de execução dos serviços, quando necessário ao cumprimento do objeto.
- 15.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2 Executar os serviços de fornecimento, transporte, montagem, operação e execução dos shows pirotécnicos/piromusicais em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas pela Administração.
- 16.3 Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, estruturas, acessórios, mão de obra, transporte e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços.
- 16.4 Realizar o transporte dos materiais pirotécnicos em conformidade com a legislação vigente e com as exigências dos órgãos competentes.
- 16.5 Executar os serviços observando rigorosamente:

- 16.5.1 as normas de segurança;
- 16.5.2 as exigências do Exército Brasileiro;
- 16.5.3 as exigências do Corpo de Bombeiros;
- 16.5.4 as normas ambientais aplicáveis;
- 16.5.5 as normas estaduais e federais relativas a produtos controlados.
- 16.6 Responsabilizar-se integralmente por quaisquer acidentes, danos pessoais, materiais ou ambientais decorrentes da execução dos serviços.
- 16.7 Disponibilizar equipe técnica qualificada e habilitada para execução dos serviços, incluindo os profissionais exigidos na fase de habilitação.
- 16.8 Indicar representante/preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, mantendo contato permanente com a fiscalização da Administração.
- 16.9 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas, defeitos ou irregularidades.
- 16.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 16.12 Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
- 16.13. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto sem prévia autorização da Administração.
- 16.14. Providenciar todas as licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes para execução dos serviços.
- 16.15. Responsabilizar-se pela montagem, isolamento, sinalização e segurança da área de execução do espetáculo durante todas as etapas da operação.

17 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 As despesas decorrentes das eventuais contratações correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação

020200 04 122 0101 2.0502 0000 339030 – FICHA 23

020500 04 122 0101 2.0508 0000 339030 – FICHA 78

020600 04 122 0101 2.0513 0000 339030 – FICHA 124

021100 20 122 0101 2.0537 0000 339030 – FICHA 361

022300 27 813 0138 2.0624 0000 339330 – FICHA 965

022400 13 392 0139 2.0626 0000 339030 – FICHA 983

18 DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

18.1 O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

19 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 19.1 O Município de Tapira/MG e a contratada deverão observar e cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere aos dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou compartilhados em razão da execução contratual.
- 19.2 Os dados pessoais eventualmente obtidos em decorrência da execução do contrato somente poderão ser utilizados para as finalidades relacionadas à contratação administrativa, observados os princípios previstos no art. 6º da LGPD.
- 19.3 É vedado à contratada utilizar, compartilhar, divulgar ou transferir dados pessoais a terceiros, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas ou mediante consentimento expresso da Administração, quando cabível.
- 19.4 A contratada deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, perda, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 19.5 Encerrada a execução contratual, a contratada deverá eliminar ou devolver os dados pessoais eventualmente recebidos em decorrência da contratação, ressalvadas as hipóteses legais de guarda obrigatória previstas nos arts. 15 e 16 da LGPD.
- 19.6 A contratada responderá integralmente por danos e prejuízos decorrentes do tratamento irregular de dados pessoais realizado por seus empregados, prepostos ou terceiros vinculados à execução contratual.
- 19.7 Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais relacionados à execução do contrato, a contratada deverá comunicar imediatamente a Administração Municipal, prestando todas as informações necessárias para adoção das medidas cabíveis.

Tapira/MG, 20 de maio de 2026.

Luciene Abadia Ribeiro Rodrigues
Secretária Municipal de Governo

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

- 1.1 O Município de Tapira/MG promove anualmente eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas, os quais integram o calendário oficial municipal e possuem relevante interesse público, social, cultural e turístico, contribuindo para o fortalecimento das tradições locais, incentivo ao turismo, lazer da população e movimentação da economia local.
- 1.2 Para a adequada realização desses eventos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais pirotécnicos, execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais, incluindo transporte, montagem, operação, execução técnica e desmontagem dos equipamentos e estruturas necessárias.
- 1.3 A contratação visa garantir a realização dos espetáculos com segurança, qualidade técnica e observância das normas legais aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas ao controle de produtos explosivos, segurança pública, prevenção contra incêndio e fiscalização de produtos controlados pelo Exército Brasileiro e demais órgãos competentes.
- 1.4. A ausência da contratação poderá comprometer a programação dos eventos públicos promovidos pela Administração Municipal, prejudicando atividades culturais e comemorativas tradicionalmente realizadas no Município, além de limitar ações de incentivo ao turismo, lazer e integração social da população.
- 1.5. Considerando a natureza parcelada e eventual das demandas, bem como a impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos a serem utilizados durante toda a vigência contratual, mostra-se adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo maior eficiência administrativa, economicidade e contratação conforme a efetiva necessidade da Administração Pública.

2 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL – PCA

- 2.1 Diante da faculdade de sua elaboração constante no artigo 12, VII da Lei 14.133/21, o município de Tapira/MG não possui Plano de Contratações Anual para o ano de 2026. Entretanto, ressalta-se que a elaboração do referido plano iniciará no presente ano, de modo que sua implementação neste município ocorrerá em 2027.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1 A presente contratação deverá observar integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como

as normas técnicas, de segurança, ambientais e regulamentares pertinentes às atividades com produtos controlados e materiais pirotécnicos.

- 3.2 A contratada deverá possuir todas as licenças, autorizações, registros e documentos exigidos pelos órgãos competentes para comercialização, armazenamento, transporte e execução de shows pirotécnicos, mantendo-os válidos durante toda a execução contratual.
- 3.3 Os materiais pirotécnicos utilizados deverão:
 - 3.3.1. ser novos e de primeiro uso;
 - 3.3.2 estar em perfeitas condições de armazenamento e utilização;
 - 3.3.3 possuir identificação, lote e demais informações exigidas pela legislação aplicável;
 - 3.3.4 atender às normas do Exército Brasileiro e demais órgãos fiscalizadores competentes.
- 3.4 A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para execução dos serviços, incluindo profissionais legalmente habilitados para operação e manejo dos materiais pirotécnicos, observadas as exigências legais aplicáveis.
- 3.5 A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:
 - 3.5.1 normas de segurança;
 - 3.5.2 distanciamentos seguro do público;
 - 3.5.3 condições climáticas adequadas;
 - 3.5.4 medidas de prevenção de acidentes;
 - 3.5.5 demais exigências dos órgãos de fiscalização e controle.
- 3.6 O transporte dos materiais pirotécnicos deverá ocorrer em conformidade com a legislação vigente, sendo integral responsabilidade da contratada quaisquer danos decorrentes de transporte inadequado, armazenamento irregular ou utilização indevida dos materiais.
- 3.7 A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Serviço contendo local, data, horário e especificações do evento.
- 3.8 A contratada deverá responsabilizar-se integralmente:
 - 3.8.1 pelo fornecimento dos materiais;
 - 3.8.2 pela montagem e desmontagem das estruturas necessárias;
 - 3.8.3 pela execução técnica dos espetáculos;
 - 3.8.4 pela destinação adequada dos resíduos gerados após os eventos;
 - 3.8.5 por eventuais danos materiais, ambientais ou pessoais decorrentes da execução contratual.
- 3.9 Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar documentos comprobatórios

de regularidade técnica, certificados, licenças, autorizações, registros ou demais documentos necessários à comprovação da legalidade da execução dos serviços.

- 3.10 É vedada a subcontratação total do objeto, admitindo-se apenas hipóteses excepcionais de subcontratação parcial, desde que previamente autorizadas pela Administração e observados os limites da Lei nº 14.133/2021.
- 3.11 A contratada deverá manter canal de comunicação permanente com a Administração Municipal para alinhamento operacional dos eventos e solução de intercorrências durante a execução contratual.
- 3.12 Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a forma de execução e o pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços e respectivo ateste pela Administração.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO:

- 4.1 Para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da demanda do Município de Tapira/MG referente à contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais em eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas promovidas pela Administração Municipal.
- 4.2 A pesquisa realizada demonstrou que existem diversas empresas especializadas no segmento de pirotecnia aptas a atender às necessidades da Administração Pública, observadas as exigências legais relacionadas ao comércio, armazenamento, transporte e utilização de produtos controlados.
- 4.3 Verificou-se que o mercado oferece ampla variedade de materiais pirotécnicos, efeitos visuais e soluções técnicas para realização de espetáculos pirotécnicos e piromusicais, possibilitando a definição objetiva das especificações técnicas necessárias à contratação e permitindo a ampla competitividade entre os licitantes.
- 4.4 Constatou-se, ainda, que em contratações similares realizadas por outros entes públicos é comum a adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando que a demanda ocorre de forma parcelada e variável ao longo do exercício, conforme o calendário de eventos e as necessidades da Administração.
- 4.5 O fornecimento parcelado e sob demanda mostra-se mais vantajoso para a Administração Pública, pois possibilita maior flexibilidade na utilização dos quantitativos registrados, evita contratações desnecessárias, reduz riscos de desperdício e permite melhor planejamento dos eventos públicos municipais.
- 4.6 Considerando a natureza comum do objeto, verificou-se que os serviços e materiais pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis no Termo de Referência,

permitindo a adoção da modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, com julgamento pelo menor preço global.

- 4.7 Para atendimento da demanda identificada neste estudo, faz-se necessária a contratação de empresa especializada e devidamente regularizada perante os órgãos competentes, especialmente quanto às exigências relacionadas ao Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, órgãos ambientais e demais normas aplicáveis à atividade de pirotecnia.
- 4.8. Considerando a natureza técnica e regulamentada do objeto, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento dos materiais pirotécnicos e execução integral dos serviços, incluindo transporte, montagem, operação técnica, execução do espetáculo e desmontagem das estruturas necessárias.
- 4.9. Não se identificou necessidade de realização de audiência ou consulta pública, tendo em vista que o objeto possui características comuns de mercado, ampla oferta de fornecedores especializados e especificações técnicas passíveis de definição objetiva pela Administração Pública.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 5.1 A solução identificada como mais adequada para atender à necessidade da Administração consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais destinados aos eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas promovidas pelo Município de Tapira/MG.
- 5.2 A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, considerando que a demanda pelos serviços ocorrerá de forma parcelada, variável e eventual, conforme o calendário de eventos municipais e as necessidades supervenientes da Administração Pública, não sendo possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos que serão efetivamente utilizados durante toda a vigência da contratação.
- 5.3 A solução proposta contempla a execução integral dos serviços necessários à realização dos espetáculos pirotécnicos, incluindo:
- 5.3.1 fornecimento dos materiais pirotécnicos;
 - 5.3.2 transporte adequado dos materiais;
 - 5.3.3 montagem e desmontagem das estruturas necessárias;
 - 5.3.4 execução técnica dos shows pirotécnicos e/ou piromusicais;
 - 5.3.5 disponibilização de equipe técnica qualificada;
 - 5.3.6 observância das normas de segurança e das exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

- 5.4 Os materiais e serviços contratados deverão observar rigorosamente as exigências legais, técnicas e regulamentares aplicáveis às atividades com produtos controlados, especialmente aquelas relacionadas ao Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e órgãos ambientais competentes.
- 5.5 A solução adotada permitirá maior flexibilidade administrativa, possibilitando a contratação dos serviços conforme a efetiva necessidade do Município, evitando contratações desnecessárias, reduzindo desperdícios e assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- 5.6 O fornecimento parcelado e sob demanda contribuirá para o adequado planejamento dos eventos municipais, garantindo maior eficiência operacional, economicidade e segurança na execução dos espetáculos pirotécnicos.
- 5.7 Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, apresenta-se como a solução mais adequada para assegurar ampla competitividade, eficiência administrativa, vantajosidade econômica e atendimento das necessidades da Administração Municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:

- 6.1 Para a estimativa das quantidades necessárias dos materiais pirotécnicos e serviços de shows pirotécnicos/piromusicais, foram considerados o histórico de consumo e contratações anteriores do Município, a programação estimada de eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas, bem como a previsão de utilização para os próximos 12 (doze) meses.
- 6.2 Os quantitativos estimados foram definidos com base nas demandas encaminhadas pelas Secretarias Municipais, no calendário estimado de eventos e nas necessidades previamente identificadas pela Administração Pública Municipal.
- 6.3 Abaixo, apresenta-se a Planilha 01 contendo as especificações mínimas, quantitativos estimados e valores estimados para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Planilha 01: descrição, Unidade, Quantidade e Total

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	60	UN	Girândola 468 tiros com 36 Tubos de 1,5	R\$303,00	R\$18.180,00
2	60	UN	Torta de 50 Tubos de 1,8” Efeitos e Cores Diversas	R\$783,33	R\$46.999,80
3	30	CX	Torta de 100 Tubos de 1,5” Efeitos e Cores Diversas	R\$1.425,33	R\$42.759,90

4	15	CX	Torta de 175 Tubos sendo 15 TB ¾ em leque, 30 TB 1,2" verticais, 40 TB 1,5" em leque, 40 TB 1,5" verticais 25 TB 2,5" verticais, 10 TB 3" verticais e 15 TB 3" em leque	R\$2.814,66	R\$42.219,90
5	20	CX	Torta Metralhadora de 300 Tubos de 1,2" em leque efeito (Z)	R\$2.706,66	R\$54.133,20
TOTAL: R\$204.292,80 (duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)					

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$204.292,80 (duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)**

7.2. Consideram-se integrados ao valor do item todos os encargos tributários, trabalhistas e despesas necessárias à execução do objeto.

8 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRAÇÃO:

8.1 Embora a regra geral seja o parcelamento da contratação, por meio da utilização do critério de julgamento pelo menor preço por item, no presente caso não se mostra vantajosa a sua adoção, em razão da natureza do objeto licitado, que envolve a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com disponibilização de toda a estrutura, materiais, equipamentos e mão de obra necessária.

8.2 Trata-se de objeto de natureza técnica e operacionalmente interdependente, no qual os diversos artefatos e serviços não possuem execução autônoma, mas compõem um conjunto único destinado à realização de espetáculo pirotécnico integrado, exigindo planejamento, sincronização e compatibilidade entre todas as etapas da execução. A adjudicação por itens, nesse contexto, compromete a unidade da solução pretendida, dificultando a coordenação da execução e aumentando riscos operacionais, especialmente no que se refere à segurança, à padronização dos efeitos e à adequada sincronização do espetáculo, razão pela qual a contratação global se mostra mais adequada.

- 8.3 No que diz respeito ao parcelamento da entrega, ressalta-se que o fornecimento dos materiais pirotécnicos e a execução dos serviços pirotécnicos/piromusicais ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço, observados os quantitativos e condições estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

9 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1 Garantir a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos/piromusicais, conforme a demanda do Município de Tapira/MG, assegurando a realização adequada dos eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas promovidas pela Administração Municipal.
- 9.2 Assegurar a execução segura, eficiente e organizada dos espetáculos pirotécnicos, observando as normas técnicas, de segurança e as exigências dos órgãos competentes, de modo a minimizar riscos à integridade física do público, dos profissionais envolvidos e do patrimônio público e privado.
- 9.3 Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos por meio da utilização do Sistema de Registro de Preços, possibilitando contratações conforme a necessidade da Administração, evitando aquisições desnecessárias, reduzindo desperdícios e proporcionando melhor planejamento das despesas públicas.
- 9.4 Assegurar a qualidade dos materiais e serviços contratados, mediante exigência de regularidade junto aos órgãos fiscalizadores e apresentação das licenças, certificados e autorizações legalmente exigidos para comercialização, transporte, armazenamento e execução de shows pirotécnicos.
- 9.5 Contribuir para a valorização e fortalecimento dos eventos públicos promovidos pelo Município, proporcionando entretenimento seguro e de qualidade à população, em consonância com o interesse público e os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

- 10.1 Não há necessidade de providências para a pretendida contratação.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

- 11.1 Não se aplica.

12 DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

- 12.1 A contratação para o fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos/piromusicais poderá gerar impactos ambientais relacionados à emissão de resíduos sólidos,

fumaça, gases, ruídos e partículas decorrentes da utilização dos artefatos pirotécnicos, bem como impactos associados ao transporte, armazenamento e manuseio desses materiais.

- 12.2 Os efeitos ambientais decorrentes da execução dos serviços possuem natureza temporária e controlada, ocorrendo predominantemente durante a realização dos eventos públicos promovidos pela Administração Municipal.
- 12.3 Para mitigação dos impactos ambientais, a contratada deverá adotar boas práticas de execução, armazenamento, transporte e descarte de resíduos oriundos dos materiais pirotécnicos utilizados, observando rigorosamente a legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável.
- 12.4 A contratada deverá promover, sempre que possível:
- 12.4.1 utilização de materiais devidamente regularizados pelos órgãos competentes;
 - 12.4.2 redução da geração de resíduos;
 - 12.4.3 destinação ambientalmente adequada dos resíduos remanescentes da execução dos serviços;
 - 12.4.4 adoção de medidas de segurança voltadas à prevenção de acidentes ambientais.
- 12.5 A execução dos serviços deverá observar as normas expedidas pelos órgãos de fiscalização e controle, especialmente quanto às exigências do Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais competentes e demais normas aplicáveis à atividade pirotécnica.
- 12.6. Considerando a natureza da contratação, não foram identificados impactos ambientais permanentes ou de grande relevância, sendo os riscos considerados administráveis mediante observância das exigências legais, técnicas e operacionais previstas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na legislação vigente.

13 ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 A presente análise de riscos tem por objetivo identificar, avaliar e propor medidas mitigadoras para os principais riscos relacionados à futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos/piromusicais destinados ao atendimento dos eventos institucionais, culturais, comemorativos e festividades públicas promovidos pelo Município de Tapira/MG.
- 13.2 Os riscos foram analisados considerando as fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução contratual, bem como os riscos inerentes à atividade pirotécnica, especialmente aqueles relacionados à segurança da execução, regularidade das licenças, condições climáticas, logística de transporte e armazenamento dos materiais controlados.
- 13.3 A classificação dos riscos observa critérios qualitativos de probabilidade de ocorrência e impacto, alinhados às boas práticas de gestão de riscos aplicáveis à Administração Pública.

13.4 Riscos relacionados ao planejamento e à seleção do fornecedor:

Risco Identificado	Possível Causa	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Fragilidade no Estudo Técnico Preliminar	Definição inadequada do objeto ou das especificações	Baixa	Médio	Revisão técnica do ETP; alinhamento com normas técnicas e sanitárias aplicáveis; análise de contratações similares.
Impugnação ou questionamentos ao edital	Exigências excessivas ou falhas na redação do edital e Termo de Referência	Baixa	Médio	Elaboração do Termo de Referência com base na Lei nº 14.133/2021; revisão jurídica prévia
Licitação deserta ou fracassada	Baixa competitividade ou ausência de empresas interessadas	Baixa	Médio	Pesquisa de mercado adequada; ampla divulgação do certame; adoção de Registro de Preços
Seleção de fornecedor sem capacidade técnica	Falhas na análise da habilitação	Baixa	Alto	Exigência de comprovação de regularidade jurídica, fiscal, técnica e sanitária; verificação documental rigorosa



13.5 Riscos relacionados à execução contratual

Risco Identificado	Possível Causa	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Interrupção da execução dos serviços	Falhas operacionais, logísticas ou indisponibilidade de materiais	Média	Alto	Definição de prazos claros; execução parcelada; fiscalização contínua; aplicação de sanções administrativas
Atraso na entrega dos serviços	Problemas de transporte, mobilização ou planejamento da contratada	Média	Alto	Estabelecimento de prazo mínimo para mobilização; comunicação permanente; previsão de penalidades contratuais
Execução dos shows em desacordo com as especificações	Falhas técnicas ou descumprimento do Termo de Referência	Baixa	Alto	Fiscalização da execução; conferência das características contratadas; possibilidade de rejeição dos serviços
Acidentes durante a execução dos shows pirotécnicos	Descumprimento das normas de segurança ou falha operacional	Baixa	Alto	Exigência de equipe técnica qualificada; observância das normas de



				segurança; cumprimento das exigências dos órgãos competentes
Cancelamento ou interrupção do evento por condições climáticas adversas	Chuvas, ventos fortes ou condições inadequadas para execução segura	Média	Médio	Monitoramento climático; possibilidade de reprogramação; observância dos protocolos de segurança
Descumprimento de obrigações contratuais	Falta de acompanhamento da execução	Baixa	Médio	Designação formal de gestor e fiscal do contrato; registros periódicos da execução contratual

13.6 Riscos inerentes ao objeto

Risco Identificado	Possível Causa	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Utilização de materiais pirotécnicos irregulares	Ausência de certificação ou autorização dos órgãos competentes	Baixa	Alto	Exigência de licenças, certificados e registros válidos emitidos pelos órgãos competentes
Armazenamento inadequado dos materiais pirotécnicos	Descumprimento das normas de segurança e armazenamento	Baixa	Alto	Exigência de regularidade junto ao Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros e demais órgãos



				fiscalizadores
Transporte inadequado dos materiais explosivos	Falhas no cumprimento das normas de transporte	Baixa	Alto	Exigência de licença específica para transporte; fiscalização documental e operacional
Risco à integridade física do público e equipe técnica	Falhas na montagem, operação ou distanciamento de segurança	Baixa	Alto	Cumprimento rigoroso das normas de segurança; isolamento da área; execução por profissionais habilitados
Falha na execução do espetáculo pirotécnico/piromusical	Problemas técnicos nos materiais ou equipamentos utilizados	Baixa	Médio	Testes prévios; utilização de materiais certificados; acompanhamento técnico durante a execução
Geração de resíduos após os eventos	Restos de materiais pirotécnicos e embalagens	Média	Baixo	Recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados após a execução dos serviços

13.7 Avaliação global dos riscos:

13.7.1 Considerando a natureza do objeto, os riscos associados à contratação para fornecimento de materiais pirotécnicos e execução de shows pirotécnicos/piromusicais são relevantes, especialmente quanto à

segurança operacional, regularidade documental, transporte e armazenamento dos materiais controlados, porém plenamente mitigáveis mediante observância das exigências técnicas, operacionais e legais previstas no Termo de Referência, no edital e no contrato.

- 13.7.2 A exigência de qualificação técnica compatível, licenças específicas, certificados de regularidade e autorizações expedidas pelos órgãos competentes contribui significativamente para a redução dos riscos relacionados à execução inadequada dos serviços e à utilização irregular de materiais pirotécnicos.
- 13.7.3 As medidas de controle estabelecidas — tais como definição adequada do objeto, fiscalização contínua da execução contratual, fornecimento parcelado, exigência de conformidade técnica e aplicação das sanções administrativas cabíveis — reduzem significativamente a probabilidade de ocorrência de eventos críticos, assegurando maior segurança, eficiência e regularidade na execução dos serviços contratados.
- 13.7.4 Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação pretendida é viável e segura, apresentando riscos controláveis e compatíveis com a natureza do objeto. A adoção das medidas preventivas e mitigadoras descritas assegura a adequada execução contratual, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da Administração Pública, garantindo a realização segura e eficiente dos eventos promovidos pelo Município de Tapira/MG.

14 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

- 14.1 Com base nos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à descrição da necessidade, levantamento de mercado, estimativa de quantitativos, análise de riscos, viabilidade operacional e estimativa de custos, conclui-se que a contratação pretendida se mostra viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e mercadológico.
- 14.2 Verifica-se que a solução proposta atende adequadamente à necessidade da Administração Pública, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa para assegurar a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos, observados os princípios da economicidade, eficiência, interesse público e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 14.3 Diante disso, declara-se viável a realização do procedimento licitatório, por meio do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de shows pirotécnicos e fornecimento de materiais pirotécnicos, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

15 DATA E ASSINATURAS:



Tapira/MG, 19 de maio de 2026.

Luciene Abadia Ribeiro Rodrigues
Secretária Municipal de Governo

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09.012/2026

PROCESSO N.º 54/2026

A EMPRESA _____, sediada a Rua _____, n.º _____,
Bairro _____, CEP _____, em _____,
estado _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, neste ato representada
pelo(a) Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º
_____, inscrito (a) no CPF sob n.º _____:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*) *Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.*

- Declara que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Tapira/MG.

- Declara que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Declara que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

- Declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

- Declara que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Cidade, data.

NOME DA EMPRESA
Representante Legal

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09.012/2026

PROCESSO N.º 54/2026

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para prestação de serviços de fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e toda a estrutura necessária, visando atender aos eventos institucionais e comemorativos promovidos pelo Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, o MUNICÍPIO DE TAPIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.140.806/0001-40, com sede à Rua Cristino Ribeiro de Rezende, n.º 32, Centro, Tapira/MG, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora Maura Assunção de Melo Pontes, portadora do CPF nº 718.875.206-00 e do RG nº M-5.205.506, residente e domiciliada à Chácara Barroso, nesta cidade, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2026, publicado no dia __/2026, Processo Administrativo nº ___, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL e Nome Fantasia (se houver), tipo de sociedade (LTDA, S/A, ME, etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxx], Inscrição Estadual nº [xxx], neste ato representada pelo(a) [cargo] [nome do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [xxx], inscrito(a) no CPF nº [xxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado(a) no endereço [xxx], nº [xxx], Bairro [xxx], Cidade [xxx], CEP [xxx].

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata o registro de preços para o fornecimento, transporte, montagem, execução e desmontagem de shows pirotécnicos e piromusicais, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de

obra especializada e toda a estrutura necessária visando atender aos eventos institucionais e comemorativos promovidos pelo Município.

CLÁUSULA 2ª – DISPOSIÇÕES GERAIS E VIGÊNCIA

- 2.1. O Município de Tapira/MG e suas Secretarias não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do edital e desta Ata de Registro de Preços.
- 2.2. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 2.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.4. Esta Ata de Registro de Preços decorre do Pregão Eletrônico nº XX/2026, realizado pelo Município de Tapira/MG, ao qual se vincula plenamente.
- 2.5. O extrato desta Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Município.
- 2.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme art. 23 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
- 2.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, ou por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 2.9.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 2.9.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 2.9.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 2.9.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 2.9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 2.9.4. O registro a que se refere o item 2.8.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso

de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.9.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.9.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

2.9.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado, ou o fornecedor no caso de contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.12. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

2.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observados os itens e subitens aplicáveis, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

2.14.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.14.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA 3ª – A FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1. A empresa registrada como fornecedora deverá executar o objeto em estrita observância às especificações técnicas, ao modelo de execução, às condições de fornecimento, aos prazos, às condições de

pagamento e às demais disposições estabelecidas no Edital e no Anexo I – Termo de Referência, instrumentos aos quais esta Ata de Registro de Preços se vincula integralmente.

3.2. A execução do objeto compreenderá o fornecimento, transporte, montagem, operação e execução de shows pirotécnicos e/ou piromusicais, bem como o fornecimento de materiais pirotécnicos, conforme demanda da Administração Municipal, observadas as condições de segurança e as exigências legais aplicáveis.

3.3. A empresa signatária deverá executar os serviços de forma eficiente, segura e contínua, garantindo o adequado atendimento às necessidades da Administração Municipal, observando os padrões de qualidade, segurança, regularidade e as normas expedidas pelos órgãos competentes, especialmente Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e demais autoridades fiscalizadoras.

3.4. A contratada será integralmente responsável pelo transporte, armazenamento, manuseio, montagem, desmontagem e utilização dos materiais pirotécnicos, devendo adotar todas as medidas de segurança necessárias à prevenção de acidentes, danos materiais e riscos à integridade física do público, dos agentes públicos e de terceiros.

3.5. O recebimento dos serviços ocorrerá em conformidade com o disposto no Termo de Referência, mediante recebimento provisório e definitivo pelo fiscal do contrato, após verificação do cumprimento das especificações técnicas e condições estabelecidas.

3.6. A empresa vencedora responderá administrativa, civil e criminalmente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento realizado pelo órgão gerenciador.

3.7. A empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, especialmente as licenças, autorizações, certificados e registros exigidos pelos órgãos competentes.

3.8. A inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das obrigações assumidas, ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 4ª – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

ITEM	Fornecedor (razão social, CNPJ)				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

--	--	--	--	--	--

4.2. As condições de pagamento constam do Anexo I – Termo de Referência e do Edital.

CLÁUSULA 5ª – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

5.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma estabelecida no Anexo I – Termo de Referência.

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

CLÁUSULA 6ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado;
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. Na hipótese do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 26 e no §4º do art. 27 do

decreto federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA 7ª – DOS ENCARGOS

7.1. Nos valores registrados quanto aos materiais/serviços a serem entregues, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA 8ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Tapira/MG.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

020200 04 122 0101 2.0502 0000 339030 – FICHA 23

020500 04 122 0101 2.0508 0000 339030 – FICHA 78

020600 04 122 0101 2.0513 0000 339030 – FICHA 124

021100 20 122 0101 2.0537 0000 339030 – FICHA 361

022300 27 813 0138 2.0624 0000 339330 – FICHA 965

022400 13 392 0139 2.0626 0000 339030 – FICHA 983

CLÁUSULA 9ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. As obrigações das partes constam do Edital, ao qual se vincula esta ata de registro de preços.

CLÁUSULA 10ª – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida de pleno direito:

I. Pela Administração, independente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa detentora;
- h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora.

II. Pela Detentora, quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.
- b) A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

10.3. Poderá ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, ou, ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

10.4. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por qualquer meio idôneo de comunicação, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

10.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA 11ª – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

11.1. Durante a vigência da Ata, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observado o seguinte:

- I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado;
- III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11.1.1. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

11.1.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, podendo ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta

por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11.4. Não será permitido que órgãos e entidades da Administração Federal façam adesão a esta ata de registro de preços.

CLÁUSULA 12ª – DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município de Tapira/MG poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, conforme previsto no instrumento convocatório que integra esta ata, independente de transcrição.

CLÁUSULA 13ª – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

13.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o Município de Tapira/MG, através da Secretaria de Governo.

13.2. São Obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- I. Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- II. Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- III. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- IV. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;
- V. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata;
- VI. Consultar o detentor da Ata registrada, observada a ordem de classificação, quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão(s) da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ata;
- VII. Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos materiais, através de servidor designado para tal.

CLÁUSULA 14ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações, e pelo Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA 15ª - DA PUBLICIDADE

15.1. Fica definido que será dada publicidade da presente Ata, por meio da publicação do extrato, no Diário Oficial do Município de Tapira/MG, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 16ª - DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes obrigam-se a atuar na presente Ata de Registro de Preços em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e, em hipótese de descumprimento, aplicam-se as sanções previstas na LGPD.

16.2. As partes comprometem-se a restringir o acesso aos Dados Pessoais decorrentes da presente Ata aos (às) servidores (as) e/ou colaboradores envolvidos na prestação do serviço constante na Cláusula Primeira - Do Objeto, assim como dos serviços decorrentes desse, com atuação condicionada ao conhecimento prévio e estrita observância das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

16.3. As partes comprometem-se a armazenar Dados Pessoais em banco de dados seguro, protegidos por usuário e senha, e, quando em meio físico, devidamente armazenados, com controle e registro de acesso, devendo ser armazenados pelo tempo necessário, conforme diretrizes das áreas competentes, sendo observadas as hipóteses de conservação conforme art. 16 da LGPD.

16.4. As partes comprometem-se a notificar a outra parte, em até 05 (cinco) dias úteis a partir do conhecimento do incidente, sobre qualquer ocorrência de vazamento de Dado Pessoal que esteja sob sua guarda, assim como tomar as medidas razoáveis para investigar, remediar e mitigar os efeitos do Incidente.

16.5. As partes comprometem-se a não auferir lucro, sob nenhuma hipótese ou propósito, por meio de compartilhamento de dados pessoais, o qual deverá ser previamente autorizado, nos termos do inciso XVI do artigo 5º da LGPD, advindos da presente relação contratual.

16.6. A CONTRATADA realizará operações de tratamento de Dados Pessoais advindos da relação com a CONTRATANTE, inclusive a transmissão, distribuição e transferência junto aos setores da CONTRATADA responsáveis pela realização das etapas de contratação, execução, controle e fiscalização do contrato, não sendo compartilhados com terceiros, salvo se solicitados por autoridades competentes ou por determinação legal ou, ainda, quando autorizado pela CONTRATANTE ou em defesa de seu legítimo interesse.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Araxá, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

TAPIRA/MG, XX de XXX de 2026.

MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ:18.140.806/0001-40
CONTRATANTE

(XXXXXXXXXXXX)
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1:_____ ;RG:_____ ;

2:_____ ;RG:_____ ;